

AB Concessões S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias condensadas
30 de junho de 2021 com relatório
dos auditores independentes**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações dos resultados | 6 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 7 |
| Demonstrações da mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Aos Conselheiros e Diretores da
AB Concessões S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, da AB Concessões S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2021, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2021, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, que descreve que o período de exploração do contrato de concessão da controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. foi estendido para 21 de janeiro de 2022 de acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 24. A controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente que caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a controlada entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado em 31 de março de 2021 sem modificação. As demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 03 de setembro de 2020, sem modificação.

Não executamos procedimentos de revisão sobre as demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020, apresentadas como valores correspondentes.

São Paulo, 27 de setembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

AB CONCESSÕES S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E
31 DE DEZEMBRO DE 2020**
(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 | | | 30/06/2021 | 31/12/2020 | | |
| CIRCULANTE | | | | | | CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 81 | 50 | 504.539 | 552.316 | Debêntures | 9 | - | - | 227.314 | 471.496 |
| Contas a receber | 5 | - | - | 96.595 | 79.637 | Passivo de Arrendamento | | 563 | 543 | 1.636 | 1.805 |
| Contas a Receber de Partes Relacionadas | 10 | 1.963 | 6.627 | 796 | 1.695 | Fornecedores | | 5.106 | 5.317 | 67.064 | 66.033 |
| Despesas antecipadas | | - | - | - | - | Contas a pagar com Partes Relacionadas | 10 | 370 | 370 | 1.004 | 1.005 |
| Impostos a recuperar | | 10.596 | 577 | 36.201 | 10.413 | Obrigações fiscais | | 9.855 | 570 | 22.833 | 13.111 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 20 | - | - | 56.828 | 161.851 | Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar | | 7.843 | 1.481 | 66.645 | 62.562 |
| Dividendos a receber | 10 | 132.729 | 367.600 | - | - | Credor pela concessão | 11 | - | - | 2.161 | 2.029 |
| Outros ativos | | 1.203 | 1.065 | 12.569 | 12.923 | Obrigações sociais e trabalhistas | | 8.121 | 7.523 | 19.113 | 19.532 |
| Total do ativo circulante | | 146.572 | 375.919 | 707.528 | 818.835 | Provisão para manutenção e investimentos | 13 | - | - | 63.370 | 56.265 |
| | | | | | | Instrumentos financeiros derivativos | 20 | - | - | 40.695 | 113.864 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | Outras contas a pagar | | 246 | 235 | 8.139 | 9.168 |
| Debêntures com partes relacionadas | 10 | 2.135.250 | 2.432.645 | 2.135.250 | 2.135.250 | Total do passivo circulante | | 32.104 | 16.039 | 519.974 | 816.870 |
| Contas a Receber de Partes Relacionadas | 10 | 34.648 | 34.648 | 34.648 | 34.648 | NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Contas a receber | 5 | - | - | 69.192 | 69.184 | Debêntures | 9 | - | - | 1.643.753 | 1.467.116 |
| Dividendos a receber | 10 | 5.785 | 5.785 | - | - | Contas a pagar com Partes Relacionadas | 10 | 97.294 | 297.294 | 97.294 | 297.294 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | 22.154 | 20.498 | 250.154 | 247.380 | Passivo de Arrendamento | | 2.358 | 2.645 | 4.650 | 5.268 |
| Impostos a recuperar | | - | - | 617 | 617 | Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 12 | 2.862 | 1.854 | 267.359 | 229.561 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 12 | 7.550 | 7.172 | 237.166 | 253.212 | Provisão para manutenção e investimentos | 13 | - | - | 94.968 | 97.990 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 20 | - | - | 52.930 | - | Dividendos a pagar | 10 | 191.243 | 191.243 | 191.243 | 191.243 |
| Outros Ativos | | 130 | 130 | 19.148 | 21.549 | Debêntures e Mutuo com partes relacionadas | 10 | 1.335.217 | 1.706.487 | - | - |
| Total do realizável a longo prazo | | 2.205.517 | 2.500.878 | 2.799.105 | 2.761.840 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | - | - | 359.242 | 407.129 |
| | | | | | | Instrumentos financeiros derivativos | 20 | - | - | 45.307 | - |
| Investimentos | 6 | 2.033.845 | 2.062.890 | - | - | Total do passivo não circulante | | 1.628.974 | 2.199.523 | 2.703.816 | 2.695.601 |
| Imobilizado | | 4.054 | 3.994 | 4.054 | 3.994 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 14 | | | | |
| Intangível | 8 | 904 | 1.182 | 2.317.329 | 2.579.951 | Capital social | | 738.653 | 738.653 | 738.653 | 738.653 |
| Ativo Contratual | 8 | - | - | 122.393 | 73.403 | Reserva de capital | | 1.791.591 | 1.791.591 | 1.791.591 | 1.791.591 |
| Direito de uso | | 2.736 | 3.045 | 5.931 | 6.794 | Reserva de lucros | | 202.102 | 202.102 | 202.102 | 202.102 |
| Total do ativo não circulante | | 4.247.056 | 4.571.989 | 5.248.812 | 5.425.982 | Lucros Acumulados | | 204 | - | 204 | - |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 2.732.550 | 2.732.346 | 2.732.550 | 2.732.346 |
| TOTAL DO ATIVO | | 4.393.628 | 4.947.908 | 5.956.340 | 6.244.817 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 4.393.628 | 4.947.908 | 5.956.340 | 6.244.817 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

AB CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação, básico e diluído - em reais)

| | Nota | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|------|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 15 | - | - | - | - | 317.783 | 625.220 | 269.438 | 584.189 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 16 | - | - | - | - | (158.373) | (289.275) | (129.568) | (256.027) |
| LUCRO BRUTO | | - | - | - | - | 159.410 | 335.945 | 139.870 | 328.162 |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | | | | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 16 | (4.415) | (8.877) | (9.871) | (18.605) | (120.638) | (221.561) | (126.564) | (219.967) |
| Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber | 5 | - | - | - | - | (1.169) | (1.169) | - | - |
| Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos | 10 | (40.438) | (71.598) | 4.222 | 16.340 | (40.438) | (71.598) | 4.222 | 16.340 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 | (126) | 46.337 | (17.408) | 30.810 | (2.867) | (5.359) | (6.769) | (21.758) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 16 | - | 158 | 5.712 | 11.419 | 1.507 | 10.008 | 6.234 | 12.377 |
| Total | | (44.979) | (33.980) | (17.345) | 39.964 | (163.605) | (289.679) | (122.877) | (213.008) |
| (PREJUIZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | (44.979) | (33.980) | (17.345) | 39.964 | (4.195) | 46.266 | 16.993 | 115.154 |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | | | | | | | |
| Receitas financeiras | 17 | 41.293 | 78.316 | 38.808 | 84.757 | 81.378 | 135.092 | 142.124 | 215.021 |
| Despesas financeiras | 17 | (16.346) | (30.479) | (20.234) | (45.142) | (67.208) | (110.471) | (156.419) | (216.555) |
| | | 24.947 | 47.837 | 18.574 | 39.615 | 14.170 | 24.621 | (14.295) | (1.534) |
| (PREJUIZO) LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | (20.032) | 13.857 | 1.229 | 79.579 | 9.975 | 70.887 | 2.698 | 113.620 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | | | | | | | |
| Corrente | 7 | (7.870) | (15.308) | (5.983) | (13.137) | (67.408) | (121.345) | (54.926) | (100.669) |
| Diferidos | 7 | 711 | 1.655 | (665) | (4.084) | 30.242 | 50.662 | 46.809 | 49.407 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | (27.191) | 204 | (5.419) | 62.358 | (27.191) | 204 | (5.419) | 62.358 |
| (PREJUIZO) LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$ | 18 | (129,94) | 0,97 | (25,90) | 298,00 | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

AB CONCESSÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS DE
TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | (27.191) | 204 | (5.419) | 62.358 | (27.191) | 204 | (5.419) | 62.358 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO | <u>(27.191)</u> | <u>204</u> | <u>(5.419)</u> | <u>62.358</u> | <u>(27.191)</u> | <u>204</u> | <u>(5.419)</u> | <u>62.358</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

AB CONCESSÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)**

| | Nota explicativa | Capital social | Reserva de capital | Reservas de lucros | | Lucros acumulados | Total |
|---|---------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|----------------------|-----------|
| | | | | Reserva legal | Lucros retidos | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | | 738.653 | 1.791.591 | 47.171 | 585.022 | | 3.162.437 |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | - | 62.358 | 62.358 |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 | | 738.653 | 1.791.591 | 47.171 | 585.022 | 62.358 | 3.224.795 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | | 738.653 | 1.791.591 | 47.171 | 154.931 | - | 2.732.346 |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | - | 204 | 204 |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 | | 738.653 | 1.791.591 | 47.171 | 154.931 | 204 | 2.732.550 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

AB CONCESSÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)**

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 30/06/2021 | 30/06/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | |
| Lucro líquido do período | | 204 | 62.358 | 204 | 62.358 |
| Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | (1.655) | 4.084 | (50.662) | (49.407) |
| Depreciação e amortização | 8 e 16 | 903 | 753 | 254.601 | 218.178 |
| Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos | 10 | 71.598 | (16.340) | 71.598 | (16.340) |
| Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas | 10 | (48.129) | (43.998) | (73.137) | (84.750) |
| Juros sobre debêntures e instrumentos financeiros | 17 | - | - | 64.759 | 87.359 |
| Variação monetária e juros com credores pela concessão e contas a receber do poder concedente | | - | - | - | 11 |
| Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente | 13 | - | - | 25.089 | 21.441 |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 12 | 1.172 | 748 | 52.162 | 43.314 |
| Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber | 5 | - | - | 1.169 | (12) |
| Baixa do ativo intangível | 8 | - | - | 269 | 241 |
| Resultado de instrumentos financeiros não realizados | 20 | - | - | (14.505) | (4.853) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 | (46.337) | (30.810) | 5.359 | 21.758 |
| | | (22.244) | (23.205) | 336.906 | 299.298 |
| Variações nos ativos e passivos operacionais: | | | | | |
| Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas | 5 | (30.429) | 14.386 | (17.236) | 6.645 |
| Impostos a recuperar | | 5.367 | 1.796 | (25.788) | (11.358) |
| Despesas antecipadas e outros ativos | | (138) | 268 | 2.147 | 13.473 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | | (378) | (64) | 16.046 | 1.739 |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | | (200.211) | (126) | (198.734) | (802) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 598 | 1.840 | (419) | 3.422 |
| Obrigações fiscais | | 20.774 | 12.271 | 127.248 | 121.931 |
| Provisão para manutenção (utilização) | 13 | - | - | (20.699) | (59.243) |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (utilização) | 12 | (164) | (410) | (14.364) | (12.624) |
| Apropriação da outorga variável | | - | - | 132 | (6) |
| Outras contas a pagar | | (256) | (425) | (1.817) | (1.603) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | | (8.946) | (12.922) | (117.262) | (109.887) |
| Dividendos Recebidos | | 251.821 | 7.028 | - | - |
| Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | | 38.038 | 23.642 | (250.746) | (48.313) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | 8 | (377) | (431) | (40.366) | (76.784) |
| Aumento de capital em controlada | 6 | (15.386) | - | - | - |
| Caixa aplicado nas atividades de investimentos | | (15.763) | (431) | (40.366) | (76.784) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | | |
| Debêntures: | | | | | |
| Captação | | - | - | 378.530 | - |
| Pagamento de principal | | - | - | (440.118) | (291.510) |
| Pagamentos de juros | | - | - | (56.403) | (79.875) |
| Liquidação de outorga fixa | | - | - | - | (1.860) |
| Recebimento (Liquidação) de instrumentos financeiros derivativos | 20 | - | - | 24.420 | 32.243 |
| Caixa aplicado nas atividades de financiamento | | - | - | (93.571) | (341.002) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | | | | |
| | | 31 | 6 | (47.777) | (166.801) |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO | | | | | |
| | 4 | 50 | 47 | 552.316 | 721.713 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO | | | | | |
| | 4 | 81 | 53 | 504.539 | 554.912 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A AB Concessões S.A. (“Companhia”) é uma holding, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Companhia faz parte do grupo italiano Atlantia (“Atlantia”), que é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, e em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo.

A Companhia, após as reestruturações societárias concluídas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovias das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”), e da empresa Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (“Solucionadora”), além de deter 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

A seguir o objeto social das controladas diretas e empreendimentos controlados em conjunto:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada no município de Matão, Estado de São Paulo, e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão seria até 18 de julho de 2021. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido até 14 de setembro de 2021.

De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 24 (vide nota explicativa nº 23), o contrato de concessão, detido pela controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A, para exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (“DER”), teve prazo prorrogado até 21 de janeiro de 2022. Contudo, a controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente que caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a controlada entrará em dormência.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

A Triângulo do Sol concluiu os compromissos assumidos de acordo com o contrato de concessão.

Contratualmente, as tarifas de pedágio das controladas Triângulo do Sol e Colinas são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Triângulo do Sol e Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação aos Termos Aditivos e Modificativos nº 22/11 e nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20/03/2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 8,06% baseados na evolução do IPCA entre junho/2020 e maio/2021, a vigorar a partir de 1º de julho de 2021.

Rodovias das Colinas S.A.

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Itu, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06.

A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação do DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,65%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20/03/2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 8,06% baseados na evolução do IPCA entre junho/2020 e maio/2021, a vigorar a partir de 1º de julho de 2021.

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”) é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; e as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SEINFRA, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA, conforme antes especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificados além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

A Nascentes das Gerais assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento.

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

| | Colinas | Nascentes das Gerais | |
|--------------------------|-------------------------|--------------------------------|----------------|
| | Previsão de 2021 | Previsão de 2021 a 2028 | Total |
| Recuperação e Manutenção | 13.739 | 199.251 | 212.990 |
| Infraestrutura | - | 544.646 | 544.646 |
| Total dos custos | 13.739 | 743.897 | 757.636 |

As estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o seguinte:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura.
- Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 13.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial, é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, que iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, em 06 de agosto de 2021, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a controlada em conjunto Rodovias do Tietê – em Recuperação Judicial - como interveniente anuente, para alienação da totalidade das Ações e dos Créditos Intercompany.

Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 30 de junho de 2021, verificou o seguinte resultado consolidado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes:

| Eixos Equivalentes | | | |
|-------------------------|----------------------|------------------|--------------------|
| | 1º semestre 2020 (*) | 1º Semestre 2021 | Impacto COVID 2021 |
| <i>Unidades:</i> | | | |
| AB Colinas | 28.848 | 27.408 | -5,0% |
| AB Triângulo do Sol | 20.289 | 20.440 | 0,7% |
| AB Nascentes das Gerais | 10.921 | 11.164 | 2,2% |
| AB Concessões | 60.058 | 59.012 | -1,74% |

(*) Considerando que o período entre 18 de Março e 30 de Junho de 2020 o volume de tráfego já havia sido impactados pelos efeitos da pandemia Covid-19, normalizamos na tabela acima os dados de tráfego considerando o período entre 18 de Março e 30 de Junho de 2019.

No cenário atual, não é possível prever com exatidão o impacto e a extensão da pandemia de Covid-19 nos negócios da Companhia, embora considerando a evolução da vacinação plena da população ao longo de 2021, há uma expectativa positiva de retomada da economia e do tráfego. Entretanto há de se considerar que novas variantes do vírus podem alterar este cenário.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da Covid-19.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras intermediárias condensadas e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração financeira anual).

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contém notas explicativas selecionadas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios:

- a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido das empresas investidas.
- c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 27 de setembro de 2021.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas são as mesmas que as aplicadas na preparação da última demonstração financeira anual. Portanto, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura dessas informações financeiras intermediárias em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

| Norma | Descrição | Impacto nas demonstrações financeiras |
|--|---|--|
| Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante | O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. | As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. |

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|------------|----------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Caixa e contas bancárias | 41 | 50 | 6.902 | 8.156 |
| Aplicações financeiras (*) | 40 | - | 497.637 | 544.160 |
| Total | 81 | 50 | 504.539 | 552.316 |

(*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração média 96% a 97% em 30 de junho de 2021 (95% a 98,% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes e do poder concedente - consolidado

| | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Pedágio eletrônico (a) | 94.321 | 77.045 |
| ARTESP - ponto a ponto (b) | 69.192 | 69.184 |
| ARTESP - ressarcimento (c) | 7.205 | 7.205 |
| Contraprestação pecuniária (d) | 1.448 | 1.467 |
| Outras | 4.200 | 3.330 |
| Provisão para perdas de créditos esperada | (10.579) | (9.410) |
| Total | <u>165.787</u> | <u>148.821</u> |
| | | |
| Circulante | 96.595 | 79.637 |
| Não circulante | 69.192 | 69.184 |

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

(b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico financeiro em favor da controlada Colinas foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 26/2019.

(c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão integralmente provisionados das controladas Colinas e Triângulo.

(d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, decorrente da apuração dos indicadores de desempenho, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão da controlada Concessionária Rodovia MG 050 S/A, cujos valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais – DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido nos próximos 12 meses. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SEINFRA, é de 30 dias. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada está demonstrada a seguir:

| | <u>30/06/2021</u> | <u>30/06/2020</u> |
|-------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Em 1º de janeiro | (9.410) | (9.120) |
| Adições à provisão no período | (1.206) | (121) |
| Reversões no período | 37 | 109 |
| Em 30 de junho | <u>(10.579)</u> | <u>(9.132)</u> |

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

| | <u>30/06/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|------------------|-----------------------|-----------------------|
| A vencer | 174.200 | 156.511 |
| Vencidos: | | |
| Até 30 dias | 190 | 52 |
| De 31 a 90 dias | 348 | 51 |
| Acima de 90 dias | 1.628 | 1.616 |
| | <u>176.366</u> | <u>158.230</u> |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

6. Investimentos

Controladora

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia é controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas e Nascentes das Gerais, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

A movimentação do investimento é como segue:

| Participação no investimento | Nascentes das Gerais | Triângulo do Sol | Colinas | Rodovias do Tietê (i) | Total |
|--|-----------------------------|-------------------------|------------------|------------------------------|------------------|
| | 100% | 100% | 100% | 50% | |
| Movimentação | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 236.492 | 533.451 | 1.427.766 | - | 2.197.709 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (82.069) | 196.678 | 190.056 | (36.938) | 267.727 |
| Amortização da mais valia de ativos (d) | - | (72.104) | (89.775) | - | (161.879) |
| Dividendos distribuídos | - | (198.578) | (129.027) | - | (327.605) |
| Outros componentes que constituem o investimento total líquido (i) | - | - | - | 36.938 | 36.938 |
| Aumento de capital em controlada (a) | 50.000 | - | - | - | 50.000 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 204.423 | 459.447 | 1.399.020 | - | 2.062.890 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (38.352) | 91.276 | 91.728 | (5.359) | 139.293 |
| Amortização da mais valia de ativos (d) | - | (48.070) | (44.888) | - | (92.958) |
| Dividendos distribuídos (b) | - | (133.308) | (250.000) | - | (383.308) |
| Outros componentes que constituem o investimento total líquido (i) | - | - | - | 5.359 | 5.359 |
| Aumento de capital em controlada (c) | 302.569 | - | - | - | 302.569 |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | 468.640 | 369.345 | 1.195.860 | - | 2.033.845 |

- (a) Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da controlada no montante de R\$20.000, com a emissão de 45.454.545 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, através de aporte em dinheiro. Em 13 de julho de 2020, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da controlada no montante de R\$30.000, com a emissão de 61.224.490 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, através de aporte em dinheiro.
- (b) Em 24 de março de 2021 as controladas Rodovia das Colinas e Triângulo do Sol realizaram Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$250.000 e R\$100.000, respectivamente, oriundos da conta de reservas de lucros. Em 30 de abril de 2021 a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 33.308, oriundos da conta de reservas de lucros.
- (c) Em 24 de março 2021, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$302.569 (mediante a compensação integral da Subordinada da 4ª Emissão no valor de R\$287.183 e a diferença de R\$15.386 em dinheiro) com a emissão de 756.421.420 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas no ato.
- (d) Em 30 de junho de 2021, a mais valia decorrente da aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas totalizava R\$ 24.034 e R\$ 673.316, respectivamente, cujos valores estão sendo amortizados de forma proporcional até o prazo final da concessão. No período findo em 30 de junho de 2021 a amortização destes valores de mais valia foram de R\$ 48.070 (R\$ 72.104 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020) e R\$ 44.888 (R\$ 89.755 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020) para as controladas Triângulo do Sol e Colinas, respectivamente.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

| | Controladas | | | Controlada em conjunto |
|-------------------------------------|----------------------|------------------|-----------|------------------------|
| | Nascentes das Gerais | Triângulo do Sol | Colinas | Rodovias do Tietê |
| Participação - % | 100 | 100 | 100 | (i) 50 |
| Ativo circulante | 150.831 | 118.969 | 425.850 | 88.538 |
| Ativo não circulante | 947.669 | 433.685 | 1.938.657 | 1.826.740 |
| Passivo circulante | 84.151 | 84.040 | 454.370 | 1.955.864 |
| Passivo não circulante | 545.705 | 123.303 | 1.387.594 | 443.580 |
| Patrimônio líquido | 468.644 | 345.311 | 522.543 | (484.166) |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | (38.352) | 91.276 | 91.728 | (143.644) |

(i) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 10, e não há obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) da Companhia em nome da controlada em conjunto.

A Companhia possui dividendos a receber no valor de R\$5.785, classificado no ativo não circulante, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029.

7. Impostos de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem, principalmente, ao saldo de diferenças temporárias decorrentes de obrigações fiscais cuja exigibilidade de crédito está suspensa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

| | Consolidado | |
|--|-------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| <u>Ativo</u> | | |
| Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias: | | |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - nota 12 | 267.360 | 229.561 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 133.232 | 133.232 |
| Obrigações Fiscais | 116.308 | 109.627 |
| Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05) (e) | 136.252 | 151.955 |
| Arrendamento mercantil | 355 | 277 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 5 | 10.579 | 9.410 |
| Provisão para manutenção | 188.848 | 182.579 |
| Base de cálculo | 852.934 | 816.641 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% |
| Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias | 289.998 | 277.658 |
| Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a) | 49.171 | 61.280 |
| Total do crédito | 339.169 | 338.938 |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

| <u>Passivo</u> | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Diferenças temporárias: | | |
| Outros ativos | 17.929 | 19.806 |
| Ajuste ao valor presente, líquido (b) | - | 1.319 |
| Encargos financeiros antecipados (c) | 33.024 | 15.132 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 9.712 | 19.627 |
| Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal | 197.681 | 209.784 |
| Juros de debêntures capitalizados | 3.462 | 3.621 |
| Direito de concessão adquirido | 1.056.592 | 1.197.436 |
| Base de cálculo | 1.318.400 | 1.466.725 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% |
| Total do débito | 448.257 | 498.687 |
| Tributo diferido passivo líquido | (109.088) | (159.749) |
| Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa: | | |
| Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos: | | |
| AB Concessões | 22.154 | 20.498 |
| Colinas | 71.669 | 68.339 |
| Nascentes das Gerais | 105.576 | 102.474 |
| Triângulo do Sol | 50.755 | 56.069 |
| | 250.154 | 247.380 |
| Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos: | | |
| AB Concessões (d) | (359.242) | (407.129) |
| Tributo diferido passivo líquido | (109.088) | (159.749) |

- (a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente (ARTESP).
- (c) Refere-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação das debêntures.
- (d) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos.
- (e) O montante líquido de R\$ 136.252 em 30 de junho de 2021 (R\$ 151.955 em 31 de dezembro de 2020) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do intangível (contábil) e provisão de manutenção e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.

Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

| | Controladora | | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|---|------------------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | (20.032) | 13.857 | 1.229 | 79.579 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social | 6.811 | (4.711) | (418) | (27.057) |
| Diferenças permanentes: | | | | |
| Outros ajustes (a) | (13.927) | (24.697) | (311) | (640) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (43) | 15.755 | (5.919) | 10.476 |
| Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social | (7.159) | (13.653) | (6.648) | (17.221) |
| Correntes | (7.870) | (15.308) | (5.983) | (13.137) |
| Diferidos | 711 | 1.655 | (665) | (4.084) |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

| | Consolidado | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 9.975 | 70.887 | 2.698 | 113.620 |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social | (3.391) | (24.100) | (917) | (38.631) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos | (9.862) | (11.084) | - | - |
| Diferenças permanentes: | | | | |
| Outros ajustes (a) | (22.938) | (33.677) | (4.899) | (7.212) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (975) | (1.822) | (2.301) | (5.419) |
| Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social | (37.166) | (70.683) | (8.117) | (51.262) |
| Correntes | (67.408) | (121.345) | (54.926) | (100.669) |
| Diferidos | 30.242 | 50.662 | 46.809 | 49.407 |

(a) Referem-se a diferenças permanentes e despesas não dedutíveis, entre outras, e diferenças temporárias para as quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo principalmente composto pelo registro do *impairment* sobre as debentures ativas, no valor de R\$ 24.343 no período findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 13.749 entre 01 de abril de 2021 e 30 de junho de 2021).

8. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

| | Consolidado | | | | Total |
|---------------------------------|---|-------------------------------------|---|--|------------------|
| | Intangível em rodovias - obras e serviços (a) | Direito de outorga da concessão (b) | Marcas, patentes e direito de uso de software | Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c) | |
| <u>Custo</u> | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 3.149.581 | 107.157 | 19.742 | 3.282.252 | 6.558.732 |
| Adições | 121.396 | - | 457 | - | 121.853 |
| Baixas | (1.081) | - | - | - | (1.081) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 3.269.896 | 107.157 | 20.199 | 3.282.252 | 6.679.504 |
| Adições | 39.447 | - | 64 | - | 39.511 |
| Baixas | (1.576) | - | - | - | (1.576) |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | 3.307.767 | 107.157 | 20.263 | 3.282.252 | 6.717.439 |
| <u>Amortização acumulada</u> | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (1.620.742) | (93.622) | (17.147) | (1.839.553) | (3.571.063) |
| Adições | (205.566) | (3.727) | (1.322) | (245.267) | (455.883) |
| Baixas | 796 | - | - | - | 796 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (1.825.512) | (97.349) | (18.469) | (2.084.820) | (4.026.150) |
| Adições | (109.641) | (1.919) | (470) | (140.844) | (252.874) |
| Baixas | 1.307 | - | - | - | 1.307 |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | (1.933.846) | (99.268) | (18.939) | (2.225.664) | (4.277.717) |
| <u>Intangível líquido</u> | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.444.384 | 9.808 | 1.730 | 1.197.432 | 2.653.354 |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | 1.373.921 | 7.889 | 1.324 | 1.056.592 | 2.439.722 |
| Taxa média (a.a.) | 6,59% | 3,55% | 4,60% | 7,33% | - |
| Ativo intangível | | | | | 2.317.329 |
| Ativo contratual | | | | | 122.393 |
| Total ativo da concessão | | | | | 2.439.722 |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada de forma linear pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

9. Debêntures - Consolidado

| Controlada direta | Quantidade emitida unitária | Taxas contratuais (%) | Vencimento final | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------|------------------|------------|
| <u>Colinas (ii)</u> | | | | | |
| 4ª emissão: | | | | | |
| 3ª série (i) | 25.500 | 100% IPCA + 5,70% a.a. | Abril/2023 | 283.568 | 427.129 |
| 5ª emissão: | | | | | |
| 1ª série | 100 | CDI a 100% + 1,30% a.a. | Outubro/2023 | 124.311 | 123.963 |
| 7ª emissão: | | | | | |
| 1ª série | 23.000 | CDI a 100% + 1,30% a.a. | Outubro/2021 | 77.396 | 77.184 |
| 9ª emissão: | | | | | |
| 1ª série | 41.000 | CDI a 100% + 1,50% a.a. | Junho/2025 | 410.972 | 410.604 |
| 2ª série | 10.463 | CDI a 100% + 1,65% a.a. | Junho/2024 | 104.885 | 104.791 |
| 10ª emissão: | | | | | |
| 1ª série | 400.000 | CDI a 100% + 2,50% a.a. | Dezembro/2026 | 401.120 | 400.345 |
| 2ª série | 100.000 | CDI a 100% + 2,00% a.a. | Dezembro/2023 | 100.259 | 100.077 |
| <u>Triângulo do Sol</u> | | | | | |
| 5ª emissão: (iii) | | | | | |
| 1ª série | 390 | 100% CDI + 2,20% a.a. | Fevereiro/2021 | - | 48.861 |
| <u>Nascentes das Gerais</u> | | | | | |
| 4ª emissão: (iv) | | | | | |
| 1ª série | 260 | 100% CDI+ 4,60% a.a. | Junho/2022 | - | 260.791 |
| 5ª emissão: (v) | 400 | IPCA a 100% + 5,97% a.a. | Dezembro/2030 | 401.580 | - |
| Total | | | | 1.904.091 | 1.953.745 |
| Custo de transação | | | | (33.024) | (15.133) |
| Saldo líquido | | | | 1.871.067 | 1.938.612 |
| Circulante | | | | 227.314 | 471.496 |
| Não circulante | | | | 1.643.753 | 1.467.116 |

- (i) Essas operações estão sendo mensuradas aos valores justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 20).
- (ii) As escrituras da 4ª, 5ª, 7ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a controlada Rodovia das Colinas não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.
- (iii) Em 17 de fevereiro de 2021 a controlada Triângulo do Sol liquidou a 5ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.
- (iv) Em 19 de maio de 2021 a controlada Nascentes das Gerais liquidou a 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.
- (v) Em 19 de maio de 2021 a controlada Nascentes das Gerais aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 400.000 de espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, série única, e será atualizada monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e mais 5,97% a.a.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Cronograma de desembolso (não circulante)

| | <u>30/06/2021</u> |
|--------------------|-------------------------|
| 2022 | 42.945 |
| 2023 | 406.434 |
| 2024 | 415.500 |
| 2025 | 386.434 |
| 2026 | 199.071 |
| 2027 | 8.017 |
| 2028 | 53.312 |
| 2029 | 55.316 |
| 2030 | 105.422 |
| Custo de transação | <u>(28.698)</u> |
| | <u><u>1.643.753</u></u> |

Cláusulas restritivas

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 30 de junho de 2021 as controladas não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

10. Transações com partes relacionadas

| Saldos patrimoniais | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|-------------|--------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Contas a receber, mútuos e debêntures a receber | | | | |
| <i>Ativo circulante</i> | | | | |
| Contas a receber de controladas (a): | | | | |
| Concessionária da Rodovia MG050 S.A. | 175 | 274 | - | - |
| Rodovias das Colinas S.A. | 918 | 902 | - | - |
| Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. | 870 | 5.451 | - | - |
| Solucionadora Conservação Rodoviária LTDA | - | - | 796 | 1.695 |
| | <u>1.963</u> | <u>6.627</u> | <u>796</u> | <u>1.695</u> |
| Dividendos a Receber: | | | | |
| Rodovias das Colinas S.A. | 99.893 | 94.578 | - | - |
| Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. | 32.836 | 273.021 | - | - |
| | <u>132.729</u> | <u>367.599</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| <i>Ativo não circulante</i> | | | | |
| Contrato de mútuo a receber de controlada em conjunto : | | | | |
| Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b) | - | - | - | - |
| Contas a receber de acionista: | | | | |
| Haulimau Empreendimentos e Participações Ltda. (c) | 34.648 | 34.648 | 34.648 | 34.648 |
| Dividendos a Receber: | | | | |
| Concessionária da Rodovia MG050 S.A. | 5.785 | 5.785 | - | - |
| Debêntures a receber: | | | | |
| Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d) | 2.135.250 | 2.135.250 | 2.135.250 | 2.135.250 |
| | | | | |
| Saldos patrimoniais | Controladora | | Consolidado | |
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar | | | | |
| <i>Passivo circulante</i> | | | | |
| Fornecedores de serviços: | | | | |
| CSCL Assessoria Empresarial Ltda. | 167 | 167 | 167 | 167 |
| Contern Construções e Comércio Ltda. | - | - | 596 | 596 |
| Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda. | - | - | 39 | 39 |
| Adiantamentos | | | | |
| Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. | 203 | 203 | 203 | 203 |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

| Saldos patrimoniais | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|---------------|--------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Total do passivo circulante | 370 | 370 | 1.005 | 1.005 |
| <i>Passivo não circulante</i> | | | | |
| Contas a pagar da aquisição de debêntures Autostrade Concessões e Participações (f) | 97.294 | 297.294 | 97.294 | 297.294 |
| | 97.294 | 297.294 | 97.294 | 297.294 |
| Debêntures a pagar a controladas (e): | | | | |
| Rodovias das Colinas S.A. | 867.361 | 948.062 | - | - |
| Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. | 244.361 | 538.025 | - | - |
| Total | 1.111.722 | 1.486.087 | - | - |
| Mútuo a pagar a controladas: | | | | |
| Rodovias das Colinas S.A. | 223.495 | 220.400 | - | - |
| Total | 223.495 | 220.400 | - | - |
| Total do passivo não circulante | 1.432.511 | 2.003.781 | 97.294 | 297.294 |
| Dividendos a pagar: | | | | |
| Autostrade Conc. Participações Brasil Ltda. | 95.622 | 95.622 | 95.622 | |
| 95.622 | | | | |
| Haulimau Empreendimentos e Participações Ltda. | 95.621 | 95.621 | 95.621 | |
| 95.621 | | | | |

| Transações | Controladora | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Receitas de prestação de serviços: | | | | |
| Concessionária da Rodovia MG050 S.A. | 261 | 519 | 270 | 540 |
| Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. | 2.614 | 5.228 | 2.725 | 5.451 |
| Rodovias das Colinas S.A. | (3) | 2.756 | - | 5.425 |
| Soluciona Conservação Rodoviária LTDA | - | - | 2.712 | - |
| Total | 2.872 | 8.503 | 5.707 | 11.416 |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas: | | | | |
| Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. | 40.438 | 71.598 | 36.257 | 79.331 |
| Concessionária Rodovias do Tietê S.A. | 2.867 | 5.359 | 2.548 | 5.418 |
| Concessionária Rodovia MG-050 | - | 5.174 | - | - |
| Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. | (4.075) | (8.644) | (5.953) | (13.273) |
| Rodovias das Colinas S.A. | (12.096) | (21.538) | (12.200) | (27.479) |
| Total | 27.134 | 51.949 | 20.652 | 43.997 |
| | | | | |
| Transações | Consolidado | | | |
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Receitas de prestação de serviços: | | | | |
| Concessionária da Rodovia MG050 S.A. | - | - | - | - |
| Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. | - | - | - | - |
| Rodovias das Colinas S.A. | - | - | - | - |
| Soluciona Conservação Rodoviária LTDA | 8.585 | 8.585 | 10.464 | 10.464 |
| Total | 8.585 | 8.585 | 10.464 | 10.464 |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas: | | | | |
| Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. | 40.438 | 71.598 | 36.257 | 79.331 |
| Concessionária Rodovias do Tietê S.A. | 2.867 | 5.359 | 2.548 | 5.418 |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

| | Consolidado | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Transações | | | | |
| Concessionária Rodovia MG-050 | - | - | - | - |
| Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. | - | - | - | - |
| Rodovias das Colinas S.A. | - | - | - | - |
| Total | 43.305 | 76.957 | 38.805 | 84.749 |

- (a) Refere-se a contas a receber de execução de serviços de assessoria e gestão das controladas.
- (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Lineas International Holding B.V., para a controlada em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 6, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A controlada em conjunto encontra-se em processo de pedido de recuperação judicial e apresentou plano de recuperação judicial. Desta forma, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas de crédito sobre os demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, cujo valor nominal em 30 de junho de 2021 totalizava R\$133.431.
- (c) Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente. Em 28 de junho de 2017, a Autostrade por meio da AB Concessões enviou à Haulimau, Notificação de cobrança, no valor de R\$34.647 a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente quando da assinatura do TA 07.
- (d) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R\$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros de 2,6448% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo. Em 30 de junho de 2021, a Companhia reconheceu provisão para perdas de créditos esperada, no valor de R\$ 71.598 (R\$591.991 em 31 de dezembro de 2020).
- (e) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 31 de dezembro de 2023. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora Triangulo do Sol, com a compensação, no valor de R\$98.889. Em 24 de março de 2021, foi aprovada a compensação de dividendos a receber das controladas Triangulo do Sol e Rodovia das Colinas, com parte do saldo da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, emitida em 29/06/2012, nos valores de R\$199.482 e R\$99.144, respectivamente.
- (f) Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu a integralidade das 200 (duzentas) Debentures de emissão da controlada Concessionária MG-050 S/A - anteriormente subscritas por sua parte relacionada Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. - que correspondem a integralidade das debêntures da 2ª Série de montante original de R\$200.000 ("Debêntures Subordinadas"), que será pago até o final de 2021.

Em 22 de março de 2021, a controlada Nascentes das Gerais aprovou o adimplemento integral e consequente quitação e extinção das obrigações das Debêntures da Segunda Série, mediante a compensação com o consequente aumento de capital na controlada Nascentes das Gerais em valor igual ao saldo líquido devedor das Debêntures da Segunda Série na data da quitação, no valor total de R\$302.569.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

| | Consolidado | | | |
|-------------------|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Salários | 2.558 | 4.733 | 2.228 | 4.429 |
| Encargos | 904 | 1.493 | 642 | 1.278 |
| Outros benefícios | 536 | 672 | 806 | 961 |
| Total | 3.998 | 6.898 | 3.676 | 6.668 |

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

11. Credor pela concessão

Refere ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol. O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de março de 2000, e junho de 1998, respectivamente.

O montante do ônus variável é apresentado como segue:

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------|---------------------|---------------------|
| <u>Parcela Variável</u> | <u>2.161</u> | <u>2.029</u> |
| <u>Total</u> | <u>2.161</u> | <u>2.029</u> |
| <u>Circulante</u> | <u>2.161</u> | <u>2.029</u> |

O ônus variável da controlada Colinas corresponde a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O ônus variável da controlada Triângulo do Sol corresponde a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2021, foram pagos ao Poder Concedente pelas controladas Colinas e Triângulo do Sol o montante de R\$ 4.943 e R\$ 4.242, respectivamente (R\$ 4.919 e R\$ 3.888, em 30 de junho de 2020, respectivamente)

12. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na nota explicativa n. 22, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$17.929 em 30 de junho de 2021.

A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

| | Consolidado | | | | | |
|--------------------------|-------------|---------|-----------|-------------|--------------|------------|
| | 31/12/2020 | Adições | Reversões | Utilizações | Atualizações | 30/06/2021 |
| Riscos: | | | | | | |
| Cíveis (a) | 73.073 | 9.432 | (8.413) | (4.554) | 4.193 | 73.731 |
| Trabalhistas (b) | 121.943 | 24.011 | (4.153) | (10.047) | 8.528 | 140.282 |
| Tributários | 2.104 | - | (1.110) | (5) | 8 | 997 |
| Outras contingências (c) | 32.441 | 19.223 | (4.539) | 242 | 4.982 | 52.349 |
| Total | 229.561 | 52.666 | (18.215) | (14.364) | 17.711 | 267.359 |

| | Consolidado | | | | | |
|--------------------------|-------------|---------|-----------|-------------|--------------|------------|
| | 31/12/2019 | Adições | Reversões | Utilizações | Atualizações | 31/12/2020 |
| Riscos: | | | | | | |
| Cíveis (a) | 79.513 | 19.334 | (28.048) | (8.451) | 10.725 | 73.073 |
| Trabalhistas (b) | 81.945 | 37.268 | (1.340) | (26.052) | 30.122 | 121.943 |
| Tributários | 1.295 | 805 | (4) | (1) | 9 | 2.104 |
| Outras contingências (c) | 16.612 | 16.653 | (1.508) | (281) | 965 | 32.441 |
| Total | 179.365 | 74.060 | (30.900) | (34.785) | 41.821 | 229.561 |

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

Adicionalmente, as controladas são parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$ 117.223 (R\$109.674 em dezembro de 2020), trabalhistas no valor de R\$ 18.620 (R\$27.666 em dezembro de 2020), administrativos no valor de R\$ 36.572 (R\$31.976 em dezembro de 2020) e tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R\$ 26.278 (R\$ 27.196 em 31 de dezembro de 2020), ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Dentre os processos cíveis das controladas Colinas e Triângulo do Sol, consta ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM, que aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. Em novembro de 2017, o processo cuja parte é a controlada Colinas foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acórdão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores. Já o processo cuja parte é a controlada Triângulo do Sol está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado é de R\$237.166 em 30 de junho de 2021 (R\$253.212 em dezembro 2020). O valor de bloqueios judiciais corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$434.179, e nos quais as controladas foram envolvidas, apenas, na fase de execução e não figura como responsável (réu) de qualquer ação. A Companhia está adotando todas as medidas cabíveis para reverter o cenário, o qual entende ser equivocado.

13. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias. Na provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e para manutenção são considerados os valores da próxima intervenção que ocorrem, em média, a cada quatro anos, sendo ajustada a valor presente à taxa de 8,56% ao ano.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

| | Manutenção em rodovias | Investimentos em rodovias | Total |
|----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 119.190 | 76.630 | 195.820 |
| Adições e atualizações | 43.200 | (7.073) | 36.127 |
| Utilizações | (73.552) | (4.140) | (77.692) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 88.838 | 65.417 | 154.255 |
| Adições e atualizações | 22.789 | 2.300 | 25.089 |
| Utilizações | (20.699) | (307) | (21.006) |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | 90.928 | 67.410 | 158.338 |
| Circulante | 61.292 | 2.078 | 63.370 |
| Não circulante | 29.636 | 65.332 | 94.968 |
| Total | 90.928 | 67.410 | 158.338 |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio Líquido

O capital social em 30 de junho de 2021 e de 2020 é de R\$738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

| | Quantidade de ações subscritas | Participação |
|--|---|---------------------|
| Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. | 104.628 | 50% + 1 ação |
| Haulimau Empreendimentos e Participações S.A. | 104.626 | 50% - 1 ação |

Reserva de capital

Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

O lucro remanescente, após as destinações previstas em Lei e destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Reserva de lucros” e tem sua destinação decidida em assembleia geral ordinária.

15. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

| | Consolidado | | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|---|------------------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Receita com arrecadação de pedágio | 316.373 | 624.562 | 247.114 | 550.386 |
| Outras receitas - contraprestação pecuniária | 3.823 | 8.084 | 4.044 | 8.001 |
| Outras receitas | 5.500 | 11.695 | 2.030 | 10.588 |
| Receita de serviços de construção | 19.960 | 35.954 | 37.871 | 63.766 |
| Receita bruta | 345.656 | 680.295 | 291.059 | 632.741 |
| Impostos sobre a receita: | | | | |
| Imposto Sobre Serviços – ISS | (15.964) | (31.523) | (12.471) | (27.758) |
| PIS | (2.121) | (4.194) | (1.629) | (3.703) |
| COFINS | (9.788) | (19.358) | (7.521) | (17.091) |
| Receita operacional líquida | 317.783 | 625.220 | 269.438 | 584.189 |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

16. Custos e despesas por natureza

| | Controladora | | | |
|--|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Despesas de depreciação e amortização (*) | (402) | (903) | (465) | (935) |
| Despesas com prestadores de serviços | (2.447) | (3.598) | (1.339) | (3.022) |
| Despesas com funcionários | (6.590) | (13.490) | (6.846) | (12.862) |
| Despesas com materiais e equipamentos | (52) | (93) | (27) | (87) |
| Outras despesas | (333) | (885) | (754) | (1.359) |
| Constituição (reversão) de provisão para contingências | (224) | (1.171) | (438) | (338) |
| Outras receitas, líquidas | 5.633 | 11.421 | 5.710 | 11.417 |
| Total | (4.415) | (8.719) | (4.159) | (7.186) |
| Classificadas como: | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | (4.415) | (8.877) | (9.871) | (18.605) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | 158 | 5.712 | 11.419 |
| Total | (4.415) | (8.719) | (4.159) | (7.186) |

(*) Refere-se à depreciação do ativo imobilizado e intangível, nos valores de R\$ 252 e R\$ 342 em 30 de junho de 2021, respectivamente (R\$ 224 e R\$ 529 em 30 de junho de 2020, respectivamente), somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do CPC 06 (R2), no valor de R\$ 309 em 30 de junho de 2021 (R\$ 182 em 30 de junho de 2020).

| | Consolidado | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias | (29.735) | (46.599) | (9.702) | (17.595) |
| Despesas de depreciação e amortização (*) | (137.874) | (254.601) | (108.228) | (219.217) |
| Despesas com o ônus variável da concessão | (4.689) | (9.317) | (3.708) | (8.214) |
| Despesas com prestadores de serviços | (21.502) | (41.529) | (18.570) | (38.882) |
| Despesas com funcionários | (23.456) | (47.110) | (23.206) | (43.954) |
| Despesas com materiais e equipamentos | (7.319) | (14.931) | (5.361) | (11.900) |
| Despesas com construção | (19.960) | (35.954) | (34.638) | (63.766) |
| Constituição provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários | (30.673) | (52.163) | (34.059) | (43.314) |
| Constituição (Reversão) Reembolso de seguro | (642) | (1.877) | (9.387) | (10.520) |
| Outras despesas | (3.161) | (6.755) | (3.566) | (7.215) |
| Outras receitas | 1.507 | 10.008 | 527 | 960 |
| Total | (277.504) | (500.828) | (249.898) | (463.617) |
| Classificadas como: | | | | |
| Custo dos serviços prestados | (158.373) | (289.275) | (129.568) | (256.027) |
| Despesas gerais e administrativas | (120.638) | (221.561) | (126.564) | (219.967) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 1.507 | 10.008 | 6.234 | 12.377 |
| Total | (277.504) | (500.828) | (249.898) | (463.617) |

(*) Refere-se à depreciação do ativo imobilizado e intangível, nos valores de R\$ 252 e R\$ 234.667 em 30 de junho de 2021, respectivamente (R\$ 224 e R\$ 217.732 em 30 de junho de 2020, respectivamente), somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do CPC 06 (R2), no valor de R\$ 1.472 em 30 de junho de 2021 (R\$ 1.261 em 30 de junho de 2020).

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

17. Resultado financeiro

| | Controladora | | | |
|--------------------------------------|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Receitas financeiras: | | | | |
| Outros | 2 | 5 | 2 | 7 |
| Juros com partes relacionadas | 41.291 | 78.311 | 38.806 | 84.750 |
| | 41.293 | 78.316 | 38.808 | 84.757 |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Juros com partes relacionadas | (16.171) | (30.182) | (18.153) | (40.752) |
| Comissões bancárias e outras | (117) | (237) | (4.321) | (4.385) |
| Outras despesas financeiras líquidas | (58) | (60) | 2.240 | (5) |
| | (16.346) | (30.479) | (20.234) | (45.142) |
| Resultado financeiro | 24.947 | 47.837 | 18.574 | 39.615 |

| | Consolidado | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Receitas financeiras: | | | | |
| Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras | 3.124 | 6.199 | 4.951 | 12.663 |
| Juros com partes relacionadas | 41.292 | 73.137 | 38.806 | 84.750 |
| Receitas com instrumentos financeiros - hedge | 9.076 | 22.686 | 4.850 | 16.970 |
| Outras receitas com operações de instrumentos financeiros | 27.862 | 27.862 | 93.509 | 99.543 |
| Outras receitas financeiras | 24 | 34 | 8 | 1.095 |
| | 81.378 | 129.918 | 142.124 | 215.021 |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Varição do ajuste a valor presente | (914) | (1.859) | (2.156) | (3.857) |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures | (32.272) | (64.759) | (35.160) | (87.362) |
| Despesas com instrumentos financeiros - hedge | - | - | (4.323) | (5.720) |
| Outras despesas com operações de instrumentos financeiros | (32.521) | (36.043) | (105.555) | (105.937) |
| Comissões bancárias e outras | (1.010) | (1.724) | (6.566) | (9.104) |
| Outras despesas financeiras | (491) | (912) | (2.659) | (4.575) |
| | (67.208) | (105.297) | (156.419) | (216.555) |
| Resultado financeiro | 14.170 | 24.621 | (14.295) | (1.534) |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

18. Lucro básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período e a média ponderada das ações, utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

| | 01/04/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/04/2020 a 30/06/2020 (Não revisado) | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
|--|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| Básico e diluído | | | | |
| Resultado líquido do período | (27.191) | 204 | (5.419) | 62.358 |
| Média ponderada de ações durante o período | 209.254 | 209.254 | 209.254 | 209.254 |
| Resultado por ação - básico e diluído (em R\$) | (129,94) | 0,97 | (25,90) | 298,00 |

Nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação, portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

19. Informações complementares dos fluxos de caixa

| | Consolidado | |
|---|-------------|------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Fornecedor de intangível a pagar | 236 | (6.063) |
| Utilização de provisão para investimento na aquisição de ativo intangível | (307) | (1.592) |
| Compensação de saldo a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos | 401.452 | - |
| Compensação de saldo a pagar de debêntures com aumento de capital social | 302.569 | - |
| Compensação do saldo da parte variável do direito de outorga devido ao poder concedente | 4.943 | - |

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados consolidados têm sido utilizados pela Companhia e suas controladas para o resgate de debêntures emitidas anteriormente, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

20. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros estão expostos a riscos, sendo importante a avaliação potencial deles. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- (i) O caixa e os equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

- (ii) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
- (iii) As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas a um de seus controladores, conforme apresentado na Nota 10, e incorporam taxas de juros a receber até a data do balanço.
- (iv) Credor pela concessão, refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 11.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de Debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

| | Controladora | | | |
|------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|
| | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures | 1.335.217 | 1.372.844 | 1.706.487 | 1.670.805 |

| | Consolidado | | | |
|----------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|
| | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures (*) | 1.590.263 | 1.742.306 | 1.812.870 | 1.950.756 |

(*) Valores brutos (exceto 4ª emissão da controlada Rodovia das Colinas) dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na Nota 9.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Administração, conforme suas características

| | Controladora | |
|--|---------------------|-------------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Ativos | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 81 | 50 |
| Partes relacionadas - contas a receber, mútuo e debêntures | 2.171.861 | 2.473.920 |
| Outros ativos | 1.333 | 1.065 |
| Passivos | | |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 102.770 | 302.981 |
| Debêntures com partes relacionadas | 1.111.722 | 1.486.087 |
| Mútuo com partes relacionadas | 223.495 | 220.400 |

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

| | Consolidado | |
|--|------------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Ativos | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 504.539 | 552.316 |
| Partes relacionadas - contas a receber, mútuo e debêntures | 2.171.860 | 2.468.988 |
| Contas a receber de clientes e do Poder Concedente | 165.787 | 148.821 |
| Outros ativos | 22.290 | 12.923 |
| Passivos | | |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 165.362 | 364.332 |
| Debêntures | 1.620.523 | 1.526.616 |
| Credor pela concessão | 2.161 | 2.029 |
| Outras contas a pagar | 8.139 | 9.168 |

b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo*

| | Consolidado | |
|---|----------------|------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Instrumentos financeiros derivativos -hedge | 109.758 | 161.851 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 86.002 | 113.864 |
| Debêntures | 283.568 | 427.129 |

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 9, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “offset swaps”, com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (hedge) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de junho de 2021, a controlada Rodovia das Colinas mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Em 12 de junho de 2013 a controlada Colinas contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,66% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “hedge”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo.

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 30 de junho de 2021, é como segue:

| Descrição | Data de início dos contratos | Data de vencimento | Posição (valor de referência) | Valor de referência (“notional”) | Valor justo (“fair value”) 30/06/2021 | Valor justo (“fair value”) 31/12/2020 | Efeito acumulado Valor a receber (pagar) |
|---|------------------------------|--------------------|-------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--|
| Contrato ponta ativa (taxa pós): | | | | | | | |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 12/06/2013 | 17/04/2023 | IPCA + 5,70% | 100.000 | 109.984 | 165.809 | (55.825) |
| Banco Itaú S.A. | 12/06/2013 | 17/04/2023 | IPCA + 5,70% | 157.265 | 172.965 | 260.759 | (87.794) |
| Total | | | | <u>257.265</u> | <u>282.949</u> | <u>426.568</u> | <u>(143.619)</u> |
| Contrato ponta passiva (taxa pós): | | | | | | | |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 12/06/2013 | 17/04/2023 | CD I+ 0,69% | 100.000 | 67.350 | 102.957 | 35.607 |
| Banco Itaú S.A. | 12/06/2013 | 17/04/2023 | CDI + 0,669% | 157.265 | 105.841 | 161.760 | 55.919 |
| Total | | | | <u>257.265</u> | <u>173.191</u> | <u>264.717</u> | <u>91.526</u> |
| Instrumentos financeiros, líquidos a realizar | | | | | 109.758 | 161.851 | (52.093) |
| Instrumentos financeiros, líquidos | | | | | | | (52.093) |
| Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido) | | | | | | | 14.316 |
| Recebimento de instrumento financeiro | | | | | | | <u>60.463</u> |
| Efeito acumulado no resultado do período | | | | | | | <u><u>22.686</u></u> |

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de Swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou Swaps para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

A posição desses derivativos em aberto, em 30 de junho de 2021, é como segue:

| | Data de início dos contratos | Data de vencimento | Posição (valor de referência) | Valor de referência (nocial) | Valor justo ("fair value") 30/06/2021 | Valor justo ("fair value") 31/12/2020 | Efeito acumulado valor a receber (pagar) |
|--|------------------------------|--------------------|-------------------------------|------------------------------|--|--|--|
| <u>Contratos ponta ativa</u> | | | | | | | |
| <u>Taxa pós</u> | | | | | | | |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 05/03/2018 | 17/04/2023 | CDI + 10,10% | 100.000 | 76.626 | 121.696 | (45.070) |
| Banco Itaú S.A. | 05/03/2018 | 17/04/2023 | CDI + 9,98% | 157.265 | 120.320 | 191.008 | (70.688) |
| Total | | | | 257.265 | 196.946 | 312.704 | (115.758) |
| <u>Contrato ponta passiva</u> | | | | | | | |
| <u>Taxa pós</u> | | | | | | | |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 05/03/2018 | 17/04/2023 | IPCA + 5,7% | 100.000 | 109.983 | 165.809 | (55.826) |
| Banco Itaú S.A. | 05/03/2018 | 17/04/2023 | IPCA + 5,7% | 157.265 | 172.965 | 260.759 | (87.794) |
| Total | | | | 257.265 | 282.948 | 426.568 | (143.620) |
| Instrumentos financeiros, líquido | | | | | (86.002) | (113.864) | 27.862 |
| Pagamento de Instrumento Financeiro | | | | | | | (36.043) |
| Efeito acumulado no resultado do período | | | | | | | 8.181 |

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o período, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$14.316 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Riscos de mercado

a) *Exposição a riscos e de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos de taxas de juros. Em 30 de junho de 2021, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de junho de 2021.
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2021.
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2021.

| | Valor contábil | Cenário provável | Cenário II 25% | Cenário III 50% |
|---|-----------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------|
| Variação do CDI (i) | - | 5,74% | 7,18% | 8,61% |
| Empréstimos indexador | | | | |
| Debêntures – Colinas | (867.361) | (64.872) | (77.523) | (90.174) |
| Debêntures – Triângulo | (244.361) | (18.276) | (21.841) | (25.405) |
| Mútuo – Colinas | (223.495) | (15.428) | (18.671) | (21.913) |
| Total | (1.335.217) | (98.576) | (118.035) | (137.492) |
| Aplicações financeiras e mútuo - Indexador | | | | |
| CDB e operações compromissadas - CDI (ii) | 40 | 2 | 3 | 3 |
| Mútuo - CDI | 133.431 | 8.364 | 10.455 | 12.547 |
| Exposição líquida – perda | 1.201.746 | 90.210 | 107.231 | 124.542 |
| Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base | - | - | 17.021 | 34.332 |

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa projetado para 2021.

(ii) Ver Nota 4.

O impacto da variação do CDI sobre as debêntures ativas não foram considerados na análise de sensibilidade acima, uma vez que a receita financeira sobre essas debêntures são integralmente provisionadas para perda.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

b) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As controladas apresentam valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 6, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

| Valor Contábil | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativos | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 504.539 | 552.316 |
| Contas a receber de cliente e do poder concedente | 165.787 | 148.821 |
| Debentures com partes relacionadas | 2.135.250 | 2.432.645 |

Riscos de mercado

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período:

| Modalidade | Valor contábil | Juros estimados (i) | Até 90 dias | Mais de 90 dias | Circulante | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 6 anos | Não Circulante | Total |
|--|------------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|
| Ativos circulantes e não circulantes: | | | | | | | | | | |
| Contas a receber | 165.787 | - | 96.595 | - | 96.595 | 69.192 | - | - | 69.192 | 165.787 |
| Debêntures - partes relacionadas | 1.091.150 | 168.512 | - | 224.988 | 224.988 | 1.034.674 | - | - | 1.034.674 | 1.259.662 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 244.361 | 298.184 | - | 542.545 | 542.545 | - | - | - | - | 542.545 |
| Instrumentos financeiros líquidos | 109.758 | 7.699 | 57.206 | - | 57.206 | 60.251 | - | - | 60.251 | 117.457 |
| Outras contas a receber | 10.768 | - | - | 10.768 | 10.768 | - | - | - | - | 10.768 |
| Total | 1.621.824 | 474.395 | 153.801 | 778.301 | 932.102 | 1.164.117 | - | - | 1.164.117 | 2.096.219 |
| Passivos: | | | | | | | | | | |
| Debêntures – principal (ii) | 1.880.867 | 237.418 | - | 215.130 | 215.130 | 466.167 | 823.392 | 613.597 | 1.903.156 | 2.118.286 |
| Debêntures – juros | 9.179 | 453.569 | - | 108.487 | 108.487 | 143.331 | 117.669 | 93.262 | 354.262 | 462.749 |
| Credor pela concessão (iii) | 2.161 | - | 2.161 | - | 2.161 | - | - | - | - | 2.161 |
| Fornecedores e partes relacionadas | 64.555 | - | 17.257 | 47.298 | 64.555 | - | - | - | - | 64.555 |
| Instrumentos financeiros líquidos | 86.002 | (178.881) | - | (40.654) | (40.654) | (52.225) | - | - | (52.225) | (92.879) |
| Outras contas a pagar | 7.891 | - | 3.540 | 4.351 | 7.891 | - | - | - | - | 7.891 |
| Total | 2.050.655 | 512.106 | 22.958 | 334.612 | 357.570 | 557.273 | 941.061 | 706.859 | 2.205.193 | 2.562.763 |

- (i) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 30 de junho de 2021 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.
- (ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.
- (iii) Valores nominais.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

21. Gestão de Risco de Capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

| | Controladora | |
|---------------------------------|---------------------|-------------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Dívida - partes relacionadas | 1.432.511 | 2.003.781 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (81) | (50) |
| Dívida líquida | 1.432.430 | 2.003.731 |
| Patrimônio líquido | 2.732.550 | 2.732.346 |
| Índice de endividamento líquido | 0,52 | 0,73 |

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Dívida - debêntures e empréstimos e financiamentos | 1.904.091 | 1.953.745 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (504.539) | (552.316) |
| Dívida líquida | 1.399.552 | 1.401.429 |
| Patrimônio líquido | 2.732.550 | 2.732.346 |
| Índice de endividamento líquido | 0,51 | 0,51 |

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,51 em 30 de junho de 2021 (0,51 em 31 de dezembro de 2020), como resultado da 4^a, 5^a, 7^a, 9^a, e 10^a emissões de debêntures públicas da controlada Rodovia das Colinas, e 5^a emissão de debêntures públicas da controlada Nascentes das Gerais, conforme nota explicativa n. 9, cujos recursos foram destinados para usos gerais e reforço de caixa das controladas.

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

22. Seguros contratados

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 30 de junho de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

| Modalidade | Riscos cobertos | Limites de indenização | Vencimento do contrato |
|--|---|------------------------|------------------------|
| Seguro riscos operacionais - todos os riscos | Danos materiais à rodovia | 93.550 | Setembro/2021 |
| Seguro riscos operacionais - todos os riscos | Perda de receita (cobertura acessória) | 136.436 | Setembro/2021 |
| Seguro riscos responsabilidade civil | Danos materiais e corporais a terceiros | 128.514 | Setembro/2021 |
| Seguro-garantia | Funções operacionais e de conservação | 540.341 | Setembro/2021 |
| Seguro-garantia | Funções de ampliação | 9.339 | Setembro/2021 |
| Seguro-garantia | Garantia de ampliação de concessão | 106.965 | Setembro/2021 |

23. Eventos subsequentes

i) Em 06 de agosto de 2021, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a controlada em conjunto Rodovias do Tietê – em Recuperação Judicial - como interveniente anuente, para alienação da totalidade das Ações e dos Créditos Intercompany.

O Contrato de Compra e Venda possui uma série de condições suspensivas para que a transferência das Ações e dos Créditos Intercompany seja levada a efeito, tais como:

- (i) a aprovação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;
- (ii) a aprovação dos titulares das Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas;
e
- (iii) a homologação do plano de recuperação judicial a ser apresentado nos autos da recuperação judicial da Companhia (processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526, em trâmite perante a 1ª Vara Judicial da Comarca de Salto/SP).

Em 23 de setembro de 2021, os credores habilitados no âmbito do processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526 em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Salto, Estado de São Paulo da controlada em conjunto Rodovias do Tietê, aprovaram, em Assembleia Geral de Credores, o plano de recuperação judicial protocolado em 09 de agosto de 2021, na forma e teor estabelecidos no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, perfazendo, assim, mais uma das condições precedentes para a venda da totalidade das ações de emissão da controlada em conjunto Rodovias do Tietê, atualmente detidas pela Companhia e Lineas para o FIP. Aguarda-se a conclusão das demais etapas.

- a) consignando em ata que a Companhia ainda possuía, na data desta ata, o valor de R\$18.137 de dividendos já declarados e ainda não pagos;

AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

- b) a compensação de valor de R\$70.000 até R\$78.000 entre parte dos dividendos declarados e ainda não pagos pela Companhia e parte do valor da 2ª Emissão das debêntures da Companhia, que tem a controlada Triângulo do Sol como debenturista;
- c) a alteração da data de vencimento das Debêntures a pagar da Companhia, que tem a controlada Triângulo do Sol como debenturista, de modo a prorrogar o vencimento das Debêntures da Primeira Série até 14 de setembro de 2022, mantendo o vencimento das Debêntures da Segunda Série até 31 de dezembro de 2023, e a inclusão de evento de antecipação de vencimento das Debêntures da Primeira Série no caso de não pagamento das Debêntures da Primeira Série em até 30 dias após assinatura de termo de devolução definitivo do sistema rodoviário concedido para a controlada Triângulo do Sol Auto Estradas S.A.

Em 21 de setembro de 2021, foi efetuado o pagamento dos dividendos mencionados acima no montante de R\$110.059 através de transferência bancária, e compensado o montante residual, conforme previsto em ato societário.